

Art. 1º APROVAR, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Logística Sustentável- PLS do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Os indicadores constantes do Plano de Logística Sustentável- PLS poderão ser atualizados de acordo com a periodicidade estabelecida na Resolução nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça e da Resolução TSE nº 23.474.

Art. 3º À Comissão Socioambiental do TRE/RN compete a implementação e a execução das ações constantes do Plano de Logística Sustentável-PLS, cabendo à Comissão Gestora do referido Plano o monitoramento e a avaliação dessas ações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 418/2015-GP, e demais disposições em contrário.

Natal, 23 de agosto de 2016.

Desa. Maria Zeneide Bezerra  
Presidente

---

#### PORTARIA N.º 196/2016 - GP

Remove, de ofício, Diego Carneiro de Medeiros, da 12ª ZE – Nova Cruz para a 15ª ZE – São José de Campestre.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XIX, do Regimento Interno desta Casa, e tendo em vista o que consta do PAE n.º 9838/2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício, no interesse da Administração, o servidor DIEGO CARNEIRO DE MEDEIROS, Técnico Judiciário – Área Administrativa, matrícula n.º 30024565, lotado originalmente na 12ª Zona Eleitoral – Nova Cruz, para a 15ª Zona Eleitoral – São José de Campestre, com fundamento no art. 36, parágrafo único, inciso I, da lei n.º 8.112 de 11/12/1990, c/c o art. 5º, inciso I, da Resolução TSE n.º 23.092, de 03/08/2009.

Art. 2º Dispensar o servidor DIEGO CARNEIRO DE MEDEIROS da Função Comissionada – FC.1 de Assistente I da 12ª Zona Eleitoral – Nova Cruz, e designá-lo para exercer a Função Comissionada – FC.1 de Chefe de Cartório da 15ª Zona Eleitoral – São José de Campestre.

Art. 3º Autorizar o pagamento de ajuda de custo ao servidor removido, com fundamento nos arts. 53, § 1º, e 54, da Lei n.º 8.112/90, c/c o art. 2º, § 2º, do Decreto n.º 4.004, de 08/11/2001.

Art. 4º Conceder-lhe o prazo de 10 (dez) dias para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, com fundamento no art. 18 da Lei n.º 8.112/90.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 23 de agosto de 2016.

Desembargadora Maria Zeneide Bezerra  
Presidente

---

#### CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

---

#### GABINETE DOS JUÍZES